

TRANSFERÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PARA COIMBRA É “UM PROJETO PARA O PAÍS”



Na Guarda, Rui Rio afirmou que os partidos “vão ser coerentes” na votação no Parlamento do projeto de lei do PSD que pretende transferir o Tribunal Constitucional, o Supremo Tribunal Administrativo e a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra. “Em Portugal, estamos à beira de uma decisão da Assembleia da República – não quero exagerar e dizer que fica na história de Portugal, mas fica lá muito perto – de transferir um órgão de soberania para fora de Lisboa”, declarou



pág. 7

PARLAMENTO

“O PARTIDO SOCIALISTA USA O DINHEIRO DO PRR PARA COMPRAR VOTOS”

Cancela Moura, deputado do PSD, acusa o Governo e o PS de, durante as eleições autárquicas, usarem “despudoradamente os fundos e o dinheiro da bazuca para comprar votos”



pág. 10

LOCAIS

CÂMARA DE SANTO TIRSO CONTINUA A “METER ÁGUA” NA CONCESSÃO COM A INDAQUA

O PSD de Santo Tirso alerta que o parecer da entidade reguladora à renegociação da Câmara com a Indaqua, prolongando por 15 anos a concessão da água, contém alertas que devem ser revelados à população



pág. 12

REGIONAIS

AÇORES QUEREM ALCANÇAR CERTIFICAÇÃO DE OURO COMO DESTINO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

Os Açores querem “elevar os padrões de sustentabilidade” e alcançar, em 2024, a certificação de ouro como destino turístico sustentável, afirmou o secretário regional dos Transportes, Turismo e Energia



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

MEXICANIZAÇÃO

Por estes dias, o secretário-geral do PS, em modo de primeiro-ministro, encabeça em *part-time* o carrossel de governantes que têm percorrido o País, anda a distribuir os milhões do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) como se não houvesse amanhã. Como se os recursos públicos, que são de todos os portugueses, estivessem depositados na conta bancária do PS.

Em Loures, Costa prometeu o metro de superfície, com 250 milhões de euros do PRR. Na Covilhã, avançou com um reforço no financiamento para a habitação, ao abrigo dos mesmos 2.750 milhões de euros do PRR que já tinha prometido a mais dois ou três municípios. Em Resende e Baião, garantiu a ligação entre ambos os municípios, com os 723 milhões para ligações rodoviárias inscritas no PRR. Em Mirandela e Vila Real, anunciou cinco novas ligações entre Portugal e Espanha, desde Bragança a Alcoutim, com a mesma verba do PRR. Em Chaves, acenou com 110 milhões de euros para ligações transfronteiriças, a maior parte, do PRR.

Um autêntico Euromilhões, que anda à roda, dia sim dia não, e cada vez que o primeiro-ministro faz um comício do PS, onde as bolas premiadas saem sempre aos mesmos, num jogo partidário completamente viciado.

O PS, que já usou o aparelho do Estado para silenciar vozes dissonantes ou críticas, como Vítor Caldeira ou Joana Marques Vidal, para interferir nas nomeações da CReSAP, como Ana Paula Vitorino e Tiago Preguiça, para prestar falsas declarações na designação do Procurador Europeu, para condicionar até a comunicação social, com a atribuição de ajudas financeiras a título de publicidade paga ou legislar na tentativa de amnistiar alguns dos seus autarcas, a contas com procedimentos sancionatórios que podem levar à perda de mandato, é de facto capaz de tudo!

Na verdade, não satisfeitos por empenharem a maior fatia do PRR na cada vez mais gorda máquina do Estado – o melhor exemplo é o da maior contratação de funcionários públicos de sempre – o Governo e o PS, em véspera de eleições, usam despudoradamente os fundos e o dinheiro da bazuca para comprar votos.

O país está, assim, a caminho de um perigoso processo de mexicanização, com o qual não queremos, nem vamos de todo, pactuar. Esta governamentalização dos municípios, alimentando uma narrativa que distingue entre os bons autarcas, que são os do PS, e os outros, é uma discriminação obscena e quase terceiro-mundista.

O PS foi Governo em 11 dos últimos 15 anos e não aprendeu nada com o desgoverno de Sócrates. O primeiro-ministro, que era o seu número dois e foi o seu melhor aluno, também não. Só facilitismo e irresponsabilidade, por exemplo a venda do Novo Banco, a reversão da privatização da TAP ou o nepotismo na nomeação de cargos públicos.

Neste quadro, e face a este estado de sítio, que a todos nos envergonha e em nome de um poder local livre e independente, urge que a Comissão Nacional de Eleições seja consequente no quadro das suas atribuições e competências. No mínimo, e entre a azáfama das notificações para remover publicações nas redes sociais e da elaboração das recomendações sobre a abstenção de comportamento, seria importante que a CNE dispensasse 10 minutos que fossem, para escrutinar estas ações de propaganda do Governo – ainda por cima enganosa – que são uma ingerência inqualificável na campanha eleitoral. Tinha mais utilidade prática e os autarcas agradeceriam, gratos e reconhecidos.

Se dantes quem se metia com o PS levava, agora quem não se meter no PS, não leva nada! Ou dito de um modo mais simples, como a cantiga de Zeca Afonso, para que todos compreendam: "Eles comem tudo e não deixam nada!"

MELHORES EM OLIVEIRA



ACESSOS RODOVIÁRIOS A DO HOSPITAL



Em Oliveira do Hospital, no distrito de Coimbra, dia 9 de setembro, o Presidente do PSD defendeu a criação de um acesso rodoviário daquele concelho ao IC6. “Com um pequeno investimento, de cerca de 40 milhões de euros, conseguia-se a ligação deste concelho ao IC6, que é vital quer para as pessoas quer para o tecido empresarial”, concretizou.

Segundo Rui Rio, este projeto não foi sequer contemplado pelos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência. “Para um Governo que anda em cada esquina a anunciar milhões e que diz que tem uma bazuca de 16 mil milhões de euros, obviamente 40 milhões de euros é uma coisa insignificante”, apontou.

Sobre a petição da associação Acreditar, de aumentar o luto parental de cinco para 20 dias, o Presidente do PSD especificou que é uma matéria que merece debate, com discussão na especialidade. “Estou de acordo que se olhe e se faça uma graduação em função daquilo que é a normalidade”, salientou.



Rui Rio no distrito da Guarda

TRANSFERÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PARA COIMBRA É “UM PROJETO PARA O PAÍS”



Rui Rio acredita que os partidos “vão ser coerentes” na votação no Parlamento do projeto de lei do PSD que pretende transferir o Tribunal Constitucional, o Supremo Tribunal Administrativo e a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra. “Em Portugal, estamos à beira de uma decisão da Assembleia da República – não quero exagerar e dizer que fica na história de Portugal, mas fica lá muito perto – de transferir um órgão de soberania para fora de Lisboa”, declarou.

Na Mêda, terça-feira, 14 de setembro, o Presidente do PSD reafirmou que este “não é um projeto para Coimbra, mas para o País”, decisão que tem, sobretudo, “uma carga simbólica”.

Por outro lado, Rui Rio considera que os decisores nacionais “devem ser concretos nas políticas para o interior”, razão também pela qual o PSD escolheu os concelhos da Guarda, Trancoso e Mêda, para dar início à campanha para as autárquicas de 26 de setembro. “Outras coisas se devem seguir, compassadamente. Temos de ser concretos nas políticas para o interior, designadamente para a criação de investimento. Pela experiência que tenho da vida política, para conseguirmos isso é preciso aquilo que muitas vezes se chama o mau feitio, eu acho que é assim e faço mesmo, uns gostam e outros não”, disse.



Durante a manhã, na Guarda, Rui Rio criticou António Costa por confundir deliberadamente os cargos de primeiro-ministro com o de secretário-geral do PS, ao fazer promessas eleitorais com os milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência que serão disponibilizados pela União Europeia para minimizar o impacto da crise pandémica.

Rui Rio contactou com clientes e lojistas de um centro comercial e visitou a Isobar, uma empresa tecnológica que é, segundo Rui Rio, “um modelo daquilo que se pode fazer”, foi criada com três postos de trabalho e hoje emprega cerca de 50 pessoas.

PSD MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM “CENSURA” NO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



O PSD manifesta “preocupação pelo crescente corporativismo e resistência a toda e qualquer crítica no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)”.

Recorde-se que três membros do CSMP renunciaram ao cargo. As renúncias surgiram depois de aquele órgão aprovar uma deliberação a exortar todos os membros para o cumprimento do dever de reserva contido no Estatuto dos Magistrados, no seguimento de uma participação e pedido de repúdio do Sindicato dos Magistrados do MP contra declarações públicas de um dos membros do CSMP.

Em comunicado, este sábado, o PSD afirma que se “solidariza com os membros [do Conselho Superior do Ministério Público] que renunciaram, todos não magistrados, solidariedade essa extensiva aos que decidiram continuar optando por, ali, combater frontalmente este preocupante estado de coisas”.

“As notícias vindas a público da renúncia de três membros não magistrados do Conselho Superior do Ministério Público não podem deixar de preocupar seriamente o PSD”,

expressa o PSD, considerando que se trata de “pretender impor a ‘lei da rolha’ a todos os que, no seio daquele conselho superior, ousem criticar a atuação do Ministério Público”.

O PSD considera que “tal atitude consubstancia um intolerável corporativismo, lamentavelmente apoiado pela senhora Procuradora-Geral da República, Dra. Lucília Gago, que, inclusivamente, poderá impedir o cabal desempenho das funções do CSMP, já que põe em causa valores fundamentais em qualquer estado de direito democrático, como a liberdade de expressão e o escrutínio de cargos públicos, onde se incluem as magistraturas”

“Este grave episódio, que levou à renúncia de três destacados membros deste Conselho, reforça bem a necessidade de os Conselhos Superiores das Magistraturas integrarem uma maioria de não magistrados, como, de resto, o PSD tem insistentemente defendido”, conclui o PSD em comunicado.

MANUEL FERREIRA PATRÍCIO

(1938-2021)

A direção nacional do PSD tornou público o seu pesar pelo falecimento de Manuel Ferreira Patrício, associando-se à família enlutada, a quem apresentou as mais sentidas condolências. O antigo reitor da Universidade de Évora faleceu no sábado, aos 82 anos, no Hospital Santa Luzia, em Elvas, no distrito de Portalegre, onde estava internado.

“O desaparecimento do Professor Manuel Ferreira Patrício representa uma grande perda para a família social-democrata, porquanto, ao longo de toda a sua vida, este insigne professor sempre lutou pelos ideais do PSD, enfrentando grandes adversidades públicas e privadas pela sua coragem e firmeza na defesa do ideário da social-democracia, particularmente no Alentejo, e sobretudo nos primeiros anos pós-revolução. Como militante, Manuel Ferreira Patrício sempre deu a cara e nunca baixou os braços, ocupando diversos cargos dirigentes no PSD, destacando-se a sua liderança como presidente da Comissão Política Distrital de Évora”, destacou o PSD.

Enquanto académico, Manuel Ferreira Patrício deixa um legado de enorme relevância como linguista, filósofo, e pedagogo, de que é testemunho vivo a coletânea de seis obras escolhidas que constituem o principal repositório do seu percurso, e que acaba de ser lançada no mercado, enriquecendo a sua vastíssima obra de académico e investigador. À frente da Universidade de Évora, onde foi professor catedrático e Reitor, deixou um rasto de grande apreço e reconhecimento pela sua dedicação às causas da academia, sempre marcadas pelo seu traço de simpatia, bonomia e tolerância.

Fundador da Escola Cultural, dedicou grande parte da sua vida às questões da educação, com uma vasta obra científica sobre estas matérias, conhecimentos que pôs em prática de forma reconhecidamente meritória, desde os tempos em que exerceu o cargo de Diretor Geral do Ensino Superior até praticamente à sua morte.

O PSD curva-se à memória de tão insigne militante, na certeza de que o legado do Professor Manuel Ferreira Patrício o manterá bem vivo e presente na memória das atuais e futuras gerações.

Nascido em Montargil, no concelho de Ponte de Sor, Portalegre, a 23 de setembro de 1938, Ferreira Patrício foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2012, pelo então Presidente da República, Cavaco Silva.

Era licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, doutorado em Ciências da Educação, especialidade Filosofia da Educação, e agregado em Teoria da Educação e em Axiologia Educacional.

Foi reitor da Universidade de Évora entre 2002 e 2006, instituição onde foi docente, presidente do Conselho do Departamento de Pedagogia e Educação e do Conselho Pedagógico, entre outros cargos.

O pedagogo foi ainda diretor-geral do Departamento do Ensino Superior do Ministério da Educação, presidente da Comissão de Planeamento da Região Sul,



do Instituto de Inovação Educacional do Ministério da Educação e do Conselho Científico da Escola Superior da Educação de Beja.

Além da Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, também lhe foi atribuído o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade do Porto, em 2002, e a Medalha de Mérito Municipal, Classe de Ouro, pela Câmara de Évora, em 2006.

Era militante do PSD desde 23 de setembro de 1986. Exerceu as funções de Presidente e vice-Presidente da Comissão Política da Distrital de Évora do PSD, Presidente da Assembleia da Secção de Évora, conselheiro nacional e delegado de Secção e dos TSD.

Cancela Moura

“O PARTIDO SOCIALISTA USA O DINHEIRO DO PRR PARA COMPRAR VOTOS”



O PS USA DESPUDORADAMENTE OS FUNDOS E O DINHEIRO DA BAZUCA PARA COMPRAR VOTOS



O PSD acusa o Governo e o Partido Socialista de, durante as eleições autárquicas, usarem “despudoradamente os fundos e o dinheiro da bazuca para comprar votos”.

Numa declaração política no Parlamento, dia 9 de setembro, Cancela Moura afirmou que o PS pretende transformar o Plano de Recuperação e Resiliência, que devia promover como um desígnio nacional, “num Plano de Conveniência Eleitoral do PS e num Plano de Reverência ao Governo.”

Frisando que para o PS vale tudo para ganhar, o deputado lembrou que o secretário-geral do PS, “em modo de primeiro-ministro em part-time”, encabeça o carrossel de governantes que têm percorrido o País, em peregrinação, a prometer tudo a todos. “O primeiro-ministro, qual tio Patinhas e sempre ao lado dos candidatos ou presidentes de Câmara do PS, promete distribuir o Plano de Recuperação e Resiliência, como se não houvesse amanhã.”

De acordo com Cancela Moura, este “autêntico Euromilhões, que anda à roda, dia sim dia não, a cada vez que o primeiro-ministro faz um comício do PS,” sai sempre aos mesmos, num jogo partidário completamente viciado. “Esta apropriação indevida do PRR, indiciando que apenas as autarquias que venham a ser ganhas pelo PS é que terão acesso livre e facilitado aos milhões da Europa, é de uma promiscuidade absolutamente inaceitável num Estado de direito”, afirmou, acrescentando que estamos perante uma forma de “desvirtuar, de forma escandalosa, as regras do jogo democrático, promovendo um ambiente de chantagem eleitoral”.

Face a este “estado de sítio, que nos envergonha a todos e em nome de um poder local livre e independente”, o deputado lançou o repto à Comissão Nacional de Eleições para que, entre a azáfama das notificações para remoção de publicações nas redes sociais e as recomendações sobre a abstenção de comportamento, encontre 10 minutos que sejam, para assegurar a igualdade de tratamento e de oportunidades destas ações de propaganda do Governo, ainda por cima enganosa, “que são uma ingerência inqualificável na campanha eleitoral”.

PSD QUER MAIS VAGAS PARA INTENSIVISTAS NOS HOSPITAIS DO OESTE



Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Leiria alertaram o Governo para a necessidade de médicos intensivistas nos hospitais do Oeste, onde foram abertas apenas duas vagas, mas são precisos oito profissionais.

O pedido tem por base o anúncio efetuado em abril pelo secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, sobre a criação de uma Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) no Centro Hospitalar do Oeste, dotada de 12 camas e que funcionará nos hospitais das Caldas da Rainha e de Torres Vedras, ambos do Centro Hospitalar do Oeste (CHO).

Numa pergunta dirigida à ministra da Saúde, os deputados alertaram, dia 8, que para a UCI funcionar “deverá ser necessário formar intensivistas e, neste caso, serão necessários, pelo menos, oito médicos com a referida especialidade clínica”.

Porém, pode ler-se no documento, “só foram abertas duas vagas para a especialização de intensivistas”, levando os social-democratas a questionar quando vão ser abertas mais vagas e que “política de atratividade para fixação de profissionais de saúde na abrangência do CHO” preconiza o Ministério.

Os deputados social-democratas eleitos pelo círculo de Leiria lembram ainda que o atraso na conclusão das obras de remodelação e ampliação do serviço de

urgência médico-cirúrgica da Unidade das Caldas da Rainha “tem acarretado uma sobrelotação fortemente lesiva dos direitos dos utentes do Serviço Nacional de Saúde ali internados”, os quais, acrescentam, “desesperam durante horas e mesmo dias em macas nos corredores”.

Alertando para a necessidade das obras nos serviços de Obstetrícia e Neonatologia, os deputados consideram que “tardam as decisões sobre o futuro destas especialidades no hospital das Caldas da Rainha” e lembram que “apesar de aprovado o hospital de dia de diabetes” para aquela unidade, o mesmo ainda não foi instalado.

Assim, querem saber qual a data prevista para a conclusão das obras de remodelação e ampliação do serviço de urgência médico-cirúrgica da Unidade das Caldas da Rainha, bem como qual o ponto de situação dos projetos para as obras na Obstetrícia, na Neonatologia e para a instalação do hospital de dia de diabetes.

A pergunta é ainda extensiva à ADR – Área Dedicada a Doentes Respiratórios, cujo investimento efetuado até ao momento com este serviço os deputados querem conhecer.

Qual o prazo para a conclusão do Plano Diretor do CHO é outra das questões colocadas à ministra, a quem os deputados perguntam também qual o ponto de si-

tução sobre as candidaturas aprovadas no âmbito do SAMA - Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública.

“Sem perder no horizonte a construção de um novo Hospital do Oeste”, mas convictos de que a sua concretização “difícilmente decorrerá antes de uma década”, os deputados perguntam também sobre a eventual ampliação do Hospital das Caldas da Rainha, “para fazer face aos desafios nesse período criando condições de trabalho para os profissionais e com consequência imediata na melhoria do acesso aos serviços de saúde por parte dos utentes”.

Por último, querem saber a posição da ministra da Saúde sobre a eventual reversão do CHO novamente em Centro Hospitalar do Oeste Norte e Centro Hospitalar do Oeste Sul, para quando o aumento do capital estatutário da Empresa Pública Empresarial (EPE) e para quando a reclassificação do Hospital das Caldas da Rainha.

O CHO integra os hospitais das Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche e abrange, além destes concelhos, as populações de Óbidos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã e de parte dos concelhos de Alcobaça e de Mafra, servindo mais de 292.500 pessoas.

Lítio em Montalegre

PSD QUER EXPLICAÇÕES DO GOVERNO SOBRE NOVA AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Os deputados do PSD querem explicações do ministro do Ambiente sobre a abertura de um segundo procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na exploração de lítio em Montalegre.

Numa pergunta que tem como primeiro subscritor Luís Leite Ramos, dia 13 de setembro, os deputados do PSD consideram que “este novo procedimento levanta dúvidas quanto à sua legalidade e, sobretudo, quanto à sua credibilidade face ao histórico do processo, registando-se inclusivamente troca de acusações entre as instituições envolvidas”.

O PSD assinala que “o ministro do Ambiente e Ação Climática acusou, em abril passado, o promotor de falta de profissionalismo dadas as insuficiências técnicas do Estudo de Impacte Ambiental apresentado. Salientou, inclusivamente, que seria muito improvável a concretização do projeto”.

Os deputados do PSD atentam que “está, portanto, em perspectiva a concretização do projeto de mina de lítio em Montalegre, caso seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental favorável e cumpridos outros termos legais e administrativos”.

No entanto, assinala o grupo parlamentar do PSD, “a credibilidade deste processo está seriamente abalada por estas mudanças de posição sem justificação clara, a população está contra o projeto e a defesa dos seus interesses não está acautelada”.

“O Ministério do Ambiente e as suas instituições assumiram uma posição de pouca exigência e de facilitismo quando está em causa uma concessão do Estado que deveria vigorar em condições de rigor, exigência técnica e transparência abertura de um segundo procedimento de AIA por parte da APA face a um novo projeto e Estudo de Impacto Ambiental apresentado pelo promotor, que fundamentos legais e administrativos sustentaram a sua abertura?”, concluem.

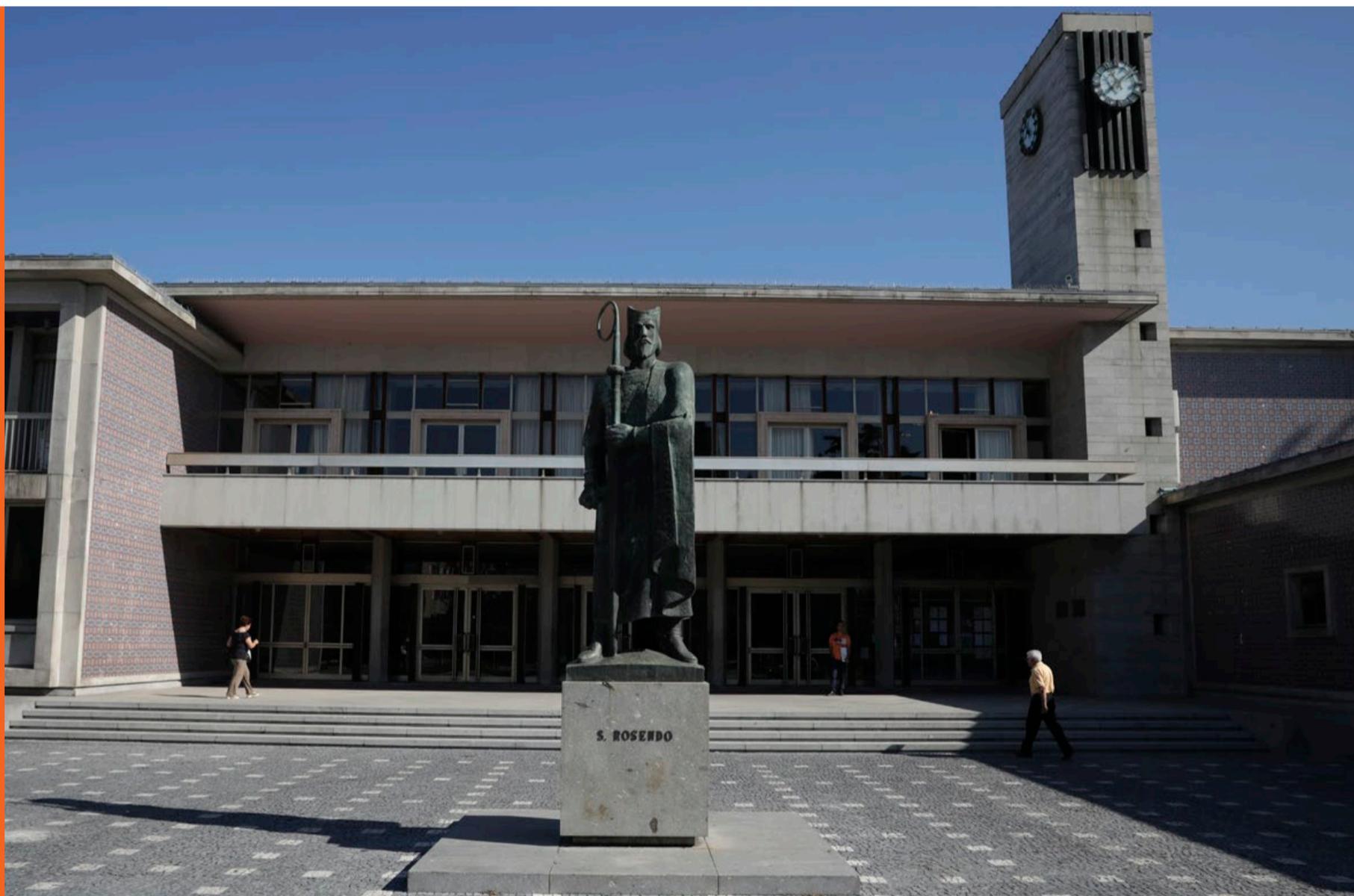
A exploração de lítio em Montalegre tem como proponente a Lusorecursos Portugal Lithium na Mina do Romano, localizada na região do Alto Barroso.

O PSD pergunta:

1. Tendo sido admitida a abertura de um segundo procedimento de AIA por parte da APA face a um novo projeto e Estudo de Impacto Ambiental apresentado pelo promotor, que fundamentos legais e administrativos sustentaram a sua abertura?
2. Que motivos levaram a DGEG a manter como válidos os termos da concessão quando ocorreram mudanças no projeto apresentado pelo promotor?
3. Por que razão não se rescindiu o contrato de concessão e se reiniciou o procedimento, permitindo uma consulta pública dos seus novos termos?
4. Tendo o Ministro do Ambiente manifestado fortes dúvidas quanto à credibilidade e profissionalismo do promotor, não seria mais cauteloso rescindir o contrato de concessão, inclusivamente na defesa no interesse das populações locais e numa lógica de transparência?
5. Que medidas serão tomadas para trazer maior transparência e escrutínio a estas decisões?



CÂMARA DE SANTO TIRSO CONTINUA A “METER ÁGUA” NA CONCESSÃO COM A INDAQUA



O PSD de Santo Tirso alerta que o parecer da entidade reguladora à renegociação da Câmara de Santo Tirso com a Indaqu, prolongando por 15 anos a concessão da água, contém alertas que devem ser revelados à população.

Em comunicado, dia 10, a concelhia social-democrata contesta a argumentação apresentada pelo presidente da câmara, Alberto Costa, para justificar a prorrogação do contrato depois de em dezembro de 2020 ter anunciado a intenção de resgatar e criar uma empresa municipal.

A quarta alteração ao contrato foi na quinta-feira [9 de setembro] aprovada em reunião de câmara e, à noite, em assembleia municipal.

“A renegociação do contrato de concessão tem um parecer muito claro da Entidade Reguladora. E tem alertas que devem ser tidos em consideração. Os tirsenses têm o direito de saber. De consultar estes documentos e de perceber quais as alíneas que a ERSAR [Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos] considera que devem ser melhoradas e tidas em conta pela Câmara Municipal nesta renegociação”.

Acusando Alberto Costa de pintar o “cenário de cor-de-rosa”, informando e declarando “apenas o que lhe convém”, diz ainda que o autarca socialista “apregooou

que conseguiu (sempre ele próprio) a renegociação do contrato”, mas “sem nunca, nunca, referir que há alguns alertas por parte da ERSAR” que todos “têm o direito de conhecer em pormenor”.

“Da mesma forma que o presidente da câmara disse em dezembro de 2020 à comunicação social que ‘estão a saber em primeira mão uma tomada de decisão que me permitam enche de satisfação e alegria, mas faço-o conscientemente’, deveria vir agora dizer aos tirsenses que errou completamente na sua decisão, pedir humildemente desculpa e assumir que a sua decisão política, como o próprio lhe chama, seria uma catástrofe para os bolsos das famílias e das empresas do município de Santo Tirso”, acrescenta.

Aludindo a afirmações de Alberto Costa na Assembleia Municipal em que terá dito que “a concessionária é que nunca deu espaço à renegociação”, considera o PSD ser isso atirar para a “Indaqu uma responsabilidade que é exclusivamente do executivo camarário”.

A concelhia social-democrata de Santo Tirso recorda que “foi contra o resgate” e que “insistiu se procurassem alternativas”.

Nas conclusões e recomendações do parecer da ERSAR, o regulador recomenda que “o reequilíbrio económico-financeiro da concessão, por força da decisão unilateral

de alteração do tarifário” aconteça segundo o “enquadramento fornecido pelas partes” e que a prorrogação “não poderá ir além de 2041”.

Em 22 de dezembro, em comunicado, a concessionária afirmou discordar do resgate da concessão da água pela Câmara de Santo Tirso, atribuiu o aumento das tarifas às políticas do município e elevou para 45 milhões de euros o valor da indemnização. Este valor colidiu com a versão apresentada dias antes pelo autarca de Santo Tirso, que defendeu no anúncio do resgate da concessão que a indemnização a pagar à empresa a partir de janeiro de 2023 era de 12 milhões de euros.

CENTRO DE RADIOTERAPIA DE VISEU É “UM EMBUSTE”



Pedro Alves considera um “um embuste” o anúncio feito relativamente ao Centro de Ambulatório e Radioterapia do Centro Hospitalar Tondela-Viseu (CHTV), atribuindo-o ao facto de se irem realizar eleições autárquicas.

Ao intervir na última reunião da Assembleia Municipal de Viseu do atual mandato, dia 10, o deputado do PSD afirmou que “tudo o que tem sido dito nos últimos tempos de praticamente se encontrar o processo concluído ou resolvido não passa de mais uma fraude ou de um embuste ainda pior do que aquele que foi realizado em 2017”, com a colocação de uma placa a anunciar a inauguração para 2019.

“Estamos em 2021 e apenas se encontra lá a placa. Desta vez, já houve a criatividade, se calhar com alguns contornos de habilidade, de não apenas falar na unidade de radioterapia e no centro oncológico, mas colocar-lhe agora um centro de ambulatório”, lamentou o deputado municipal.

No final de agosto, o CHTV anunciou que o projeto do Centro de Ambulatório e Radioterapia estava pronto para candidatura a fundos comunitários e que se encontrava em fase de conclusão o processo para lançamento do concurso público da obra. Em comunicado, o CHTV garantia ter assegurado, “dentro do prazo a que se comprometeu, a conclusão dos procedimentos administrativos para submissão do Centro de Ambulatório e Radioterapia a fundos comunitários”.

Segundo Pedro Alves, “o que neste momento se encontra feito pelo conselho de administração não é mais do que uma fase inicial muito preliminar, muito incipiente, daquilo que possa vir a ser o resultado final”.

O também deputado parlamentar frisou que o presidente do conselho de administração do CHTV “tem vindo a anunciar obras no valor de 24 milhões de euros”, mas “não tem qualquer competência para o fazer”.

“Como é que o senhor presidente do conselho de administração tem a ousadia, o descaramento, a falta de vergonha, de assumir que vai lançar um concurso de 24 milhões de euros?”, questionou.

O deputado social-democrata disse que ele “não tem sequer o respaldo da ministra da Saúde, que não assume até 2024 qualquer investimento nessa área”, e que, segundo a ministra da Coesão Territorial, “não haveria condições para assumir qualquer responsabilidade ou compromisso nesse momento, nem sequer prognosticar um calendário”.

Pedro Alves entregou à mesa da Assembleia Municipal um documento do ministro das Finanças no qual são assumidas as obras estruturantes em diferentes áreas até 2024 e que, no seu entender, permite perceber que se trata de um embuste.

AÇORES QUEREM ALCANÇAR CERTIFICAÇÃO DE OURO COMO DESTINO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL



Os Açores querem “elevar os padrões de sustentabilidade” e alcançar, em 2024, a certificação de ouro como destino turístico sustentável, afirmou o secretário regional dos Transportes, Turismo e Energia, Mário Mota Borges.

O titular pela pasta do Turismo nos Açores falava, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, na reunião do Comité Consultivo para a Sustentabilidade do Destino.

Em 2019, os Açores foram a primeira região do país certificada como destino turístico sustentável, distinção entregue com a categoria de “prata” pela Earthcheck.

O EarthCheck é um grupo internacional de certificação e consultoria de ‘benchmarking’ científico em viagens e turismo, com atividade desde 1987. A certificação respondeu aos critérios do Global Sustainable Tourism Council [Conselho Global de Turismo Sustentável], organismo internacional de acreditação para a certificação de turismo sustentável.

O processo de certificação dos Açores iniciou-se em 2017, proclamado pelas Nações Unidas como Ano Internacional do Turismo Sustentável.

Na intervenção na reunião do Comité Consultivo para a Sustentabilidade do Destino, o secretário regional dos Transportes, Turismo e Energia sublinhou a necessidade de “elevar os padrões de sustentabilidade” dos Açores como destino turístico, preservando a natureza, “um ativo” da Região.

“Em 2024 pretendemos alcançar a certificação de ouro de destino turístico sustentável”, venceu o titular pela pasta do Turismo do Governo Regional.

O governante acrescentou que a obtenção daquela distinção “não é automática”, daí ser necessário um trabalho “conjunto com várias entidades”, numa “postura colaborativa”.

Antes de atingir a meta de certificação de ouro como destino turístico sustentável, a Região “já está a ser alvo de uma auditoria local” com vista “a alcançar o nível dois” da categoria de prata detida, segundo explicou aos jornalistas Mário Mota Borges.

“Alguns dos presentes nesta reunião já estão há algum tempo nos Açores e estão a verificar o que está sendo feito,

a solicitar algumas correções. E, portanto, é um processo em contínuo desenvolvimento”, referiu.

O governante sublinhou que, em toda esta estratégia, existem “duas peças fundamentais”, nomeadamente a elaboração de um novo Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo nos Açores para o horizonte 2021-2025 e de um novo Plano do Ordenamento do Turismo da Região.

“Estamos neste domínio de certificação muito em posicionados, mas ainda há um caminho a percorrer até chegar a um valor que nos permita chegar mais longe”, disse.

Em preparação estão também os Regimes Jurídicos para o Alojamento Turístico, para os Percursos Pedestres da Região, assim como o Regime Jurídico da Animação Turística do arquipélago.

“QUEREMOS CONTINUAR A DESENVOLVER A RIBEIRA GRANDE COM PROJETOS ESTRUTURANTES”, SUBLINHA ALEXANDRE GAUDÊNCIO

Alexandre Gaudêncio, candidato do PSD/Açores ao município ribeiragrandense, afirma ser seu objetivo continuar a desenvolver o concelho com “projetos estruturantes” na visita que realizou à AICOPA – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores.

O social-democrata refere que o facto da nova sede da AICOPA vir a localizar-se na Ribeira Grande, após cedência de um imóvel da autarquia que se encontrava devoluto, permitirá “valorizar e dar mais notoriedade ao tecido industrial e empresarial do concelho que se encontra em franca expansão”, salienta.

Segundo Gaudêncio, a Ribeira Grande tem em carteira 15 milhões de euros em projetos para serem lançados a curto prazo, onde se inclui a nova fase da frente mar, a 2ª fase da estrada Maia-Lombinha e a 2ª fase do campo de jogos de Rabo de Peixe.

Além dessas obras, o cabeça de lista do PSD/Açores, caso vença as eleições autárquicas, pretende lançar uma Carta Municipal de Obras Públicas.

Alexandre Gaudêncio referiu que nos últimos quatro anos foram investidos 25 milhões de euros em empreitadas, com destaque para os investimentos ao nível do saneamento básico em praticamente todas as freguesias do concelho, bem como salientou a requalificação de espaços urbanos, como a Praça do Emigrante, e, ainda, o reforço do abastecimento de água, com a construção de um reservatório de um milhão de litros de água na zona do Pico da Pedra.

“A previsibilidade e um rumo traçado para novos investimentos são fundamentais para que os nossos empresários possam concorrer às obras”, sublinha Alexandre Gaudêncio.

“Primeiro a Nossa Terra” é o mote da candidatura liderada por Alexandre, que concorre ao seu último mandato pelo PPD/PSD, às eleições autárquicas de 26 de setembro.



CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Anadia, a reunir no próximo dia 16 de outubro de 2020 (sábado), às 18h00m, na Sede do PSD Anadia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes - B1, 1º Andar, Sala B, 3780-321 Anadia, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Anadia.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Aveiro, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20h00m.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Murtosa, a reunir no próximo dia 09 de outubro de 2020 (sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD Murtosa, sita na Praça Jaime Afreixo, n.º 6 – A Pardelhas – Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço dos resultados das Eleições Autárquicas 2021;
- 2 – Actividade da Comissão Política da JSD Murtosa;
- 3 – Actividade dos militantes em funções na Distrital de Aveiro da JSD;
- 4 – Reestruturação interna: Criação do Gabinete de Estudos Concelhio;
- 5 – Outros assuntos de interesse.

PSD

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

- Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas
- Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas
- O dia-a-dia da atividade do PSD
- Noticiário semanal todas as sextas-feiras



CONHEÇA OS NOSSOS CANDIDATOS EM

www.psd.ptptconheca-os-nossos-candidatos